

## INDICATIVOS DE SABERES PROFISSIONAIS EM REGULAMENTOS PARA O LICEU CUIABANO [1896 – 1926]

Luana Vieira Ramalho <sup>1</sup>

Edilene Simões Costa dos Santos<sup>2</sup>

### RESUMO

Esta investigação refere-se a pesquisa de doutorado em andamento a qual discute os saberes profissionais de professores que atuaram no ensino secundário. Desse modo, este artigo se orienta pela seguinte questão: “*que matemática a ensinar está evidenciada nos programas de ensino e em regulamentos para o Liceu Cuiabano entre 1896 e 1926?*” Nos apoiando nos estudos sócio-históricos direcionado pela discussão dos *saberes profissionais de professores* (HOFSTETTER; SCHNEUWLY, 2017); *matemática a ensinar e para ensinar* (BERTINI; MORAIS; VALENTE, 2017) e *matemática do ensino* (VALENTE, 2021), apresentamos os primeiros encaminhamentos de análises de fontes documentais depositadas em acervos digitais, no arquivo público do estado de Mato Grosso e no próprio Liceu Cuiabano. As conjecturas dos resultados, ao interpretar a matemática nos documentos oficiais, nos mostra indícios de uma matemática a ensinar que foi mobilizada como um saber próprio do docente que ensinou matemática.

Palavras-chaves: Mato Grosso; matemática do ensino; regulamentos.

### INDICATIVE OF PROFESSIONAL KNOWLEDGE IN REGULATIONS FOR LICEU CUIABANO [1896 - 1926]

#### ABSTRACT

This research refers to ongoing doctoral research which discusses the professional knowledge of teachers who worked in secondary education. Thus, this article is guided by the following question: "What mathematics to teach is evidenced in the teaching programs and regulations for the Liceu Cuiabano between 1896 and 1926?" Supporting us in the socio-historical studies directed by the discussion of professional knowledge of teachers (HOFSTETTER; SCHNEUWLY, 2017); mathematics to teach and to teach (BERTINI; MORAIS; VALENTE, 2017) and mathematics of teaching (VALENTE, 2021) present the first referrals of analysis of documentary sources deposited in digital collections, in the public archive of the state of Mato Grosso and in the Liceu Cuiabano itself. The conjectures of the results, when interpreting mathematics in official documents, show us evidence of a mathematics to teach that was mobilized as a knowledge proper to the teacher who taught mathematics.

**Keywords:** Mato Grosso; teaching mathematics; regulations

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação Matemática (UFMS), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8201-6828>. E-mail: [luana-ramalho@hotmail.com](mailto:luana-ramalho@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade de Brasília (UNB). Professora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0509-0098>. E-mail: [edilenesc@gmail.com](mailto:edilenesc@gmail.com).

## INDICATIVOS DE SABERES PROFESIONALES EN REGLAMENTOS PARA EL LICEO CUIABANO [1896 - 1926]

### RESUMEN

Esta investigación se refiere a la investigación de doctorado en curso en la que se discuten los saberes profesionales de profesores que actuaron en la enseñanza secundaria. De ese modo, ese artículo se orienta por la siguiente pregunta: "¿qué matemática a enseñar está evidenciada en los programas de enseñanza y en reglamentos para el Liceo Cuiabano entre 1896 y 1926?" Apoyándonos en los estudios socio-históricos dirigidos por la discusión de los saberes profesionales de profesores (HOFSTETTER; SCHNEUWLY, 2017); matemática a enseñar y para enseñar (BERTINI; MORAIS; VALENTE, 2017) y matemática de la enseñanza (VALENTE, 2021) Presentamos los primeros encaminamientos de análisis de fuentes documentales depositadas en colecciones digitales, en el archivo público del estado de Mato Grosso y en el propio Liceu Cuiabano. Las conjeturas de los resultados, al interpretar la matemática en los documentos oficiales, nos muestra indicios de una matemática a enseñar que fue movilizaba como un saber propio del docente que enseñó matemáticas.

**Palabras claves:** Mato Grosso; matemáticas de la enseñanza; regulaciones.

### INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos um recorte da pesquisa de doutorado em andamento que tem por objetivo identificar a matemática do ensino mobilizada no curso secundário no Liceu Cuiabano no período de 1891 a 1941. Assim como na pesquisa de doutorado, os estudos que apresentamos aqui estão embasados na perspectiva dos estudos da sócio história, em que se apresenta os saberes profissionais de professores por Rita Hofstetter e Bernard Schneuwly (2017) e, em particular, a hipótese teórica *matemática do ensino* apontada por Wagner Valente (2021) como um saber próprio do professor que ensina matemática dada pela articulação entre matemática *a ensinar e para ensinar*.

Posto isso, nesse texto buscamos responder a seguinte questão: *que matemática a ensinar está evidenciada em programas e regulamentos para o Liceu Cuiabano no período de 1896 a 1926?* Para tanto, consideramos as discussões apresentadas pelo professor Wagner Valente no artigo intitulado "*História da Educação Matemática: interrogações metodológicas*" (2007), que pontua que o historiador em Educação Matemática tem a tarefa de produzir fatos históricos relativos ao ensino de matemática. Para ele, estudar as práticas da Educação Matemática de outros tempos envolve interrogar as fontes históricas que nos

foram deixadas, como: livros, diários escolares, exames, provas, e outros, de modo a permitir a construção de uma História da Educação Matemática.

Nossos primeiros direcionamentos para elaboração dessa pesquisa se iniciaram em 2021 — período em que estávamos nos readaptando devido à Pandemia do COVID — 19. À vista disso, a coleta e a produção dos dados iniciaram por *e-mail* ao Arquivo Público de Mato Grosso e ao Liceu Cuiabano. A partir disso, tivemos acesso a materiais como: a regulamentos e decretos para o Liceu Cuiabano, editais de concurso, atas e relatórios.

Assim, em busca de responder à questão orientadora desta escrita, *que matemática a ensinar está evidenciada em programas e regulamentos para o Liceu Cuiabano no período de 1896 a 1926?* A partir da análise de regulamentos para o ensino secundário ofertado no Liceu Cuiabano, apresentamos nos tópicos seguintes elementos teóricos pertinentes a discussão sobre os saberes profissionais de professores que ensinam matemática, um pouco da histórica da instituição de ensino secundário Liceu Cuiabano localizada em Cuiabá, no Mato Grosso e por último os primeiros indicativos da matemática a ensinar mobilizada no curso secundário nessa instituição no período em estudo.

### **Saberes profissionais de professores que ensinam matemática**

Os saberes profissionais de professores, na perspectiva apontada por Hofstetter e Schneuwly (2017) dizem respeito aqueles saberes que já foram objetivados. São encontrados em livros, manuais escolares, revistas, programas de ensino e normas oficiais, dentro outros documentos de uma determinada época. São aqueles saberes, que com o passar do tempo passaram de um status de experiência pessoal de um determinado professor para um status que não se sabe precisar a quem diz respeito — existência autônoma, por meio da atividade de transmissão-comunicação.

A realidade com o estatuto de representações [...] dando lugar a enunciados proporcionais e sendo objeto de uma valorização socialização sancionada por atividade de transmissão-comunicação. Elas, essas representações, têm consequentemente uma existência distinta daqueles que as enunciam ou daqueles que delas se apropriam. São conserváveis, acumuláveis, apropriáveis (BABIÉ, 1996, p. 9, apud HOFSTETTER; SCHNEUWLY, 2017, p. 131).

Para Hofstetter e Schneuwly (2017) esses saberes são condições e o resultado de um ensino. Ao colocar tais saberes no centro das discussões, tentando conceitualizar o seu papel nas profissões de ensino e de formação, definem dois tipos de saberes: os saberes *para ensinar* e os saberes *a ensinar*. Nesse contexto, os saberes *a ensinar* definem as instituições de formação e de ensino, de modo que, a profissão no decorrer do tempo constrói saberes *para ensinar* que os tomam por objeto. A partir disso, Valente (2021) considera a existência de saberes próprios que professores de matemática mobilizam para ensiná-la, e esses saberes estão situados nos processos históricos construtivos como objeto de ensino dos professores, implicando sua elaboração a partir de relações entre diferentes campos: a docência, o campo disciplinar e as ciências da educação.

Essa matemática mobilizada a partir das relações entre o ensino e a formação é denominada *matemática do ensino*. Ela se constitui como um saber sistematizado, objetivado e fruto da cultura escolar, que se devolve a partir de uma análise sócio-histórica ao se problematizar os conceitos de *matemática a ensinar e para ensinar*. Assim, incide sobre os métodos e procedimentos vindos de orientações pedagógicas apresentadas em manuais, entendidos aqui como fontes propícias de capturar movimento de passagem de saberes para ensinar matemática em diferentes fases de objetivação e a matemática para ensinar, produto dessa objetivação. Com isso, pode ser entendida como o resultado das diversas interações entre o que está disposto em documentos oficiais e o que é realizado na prática pelos professores (VALENTE, 2017, p. 225).

Os saberes relativos à matemática *a ensinar e para ensinar* se mostram indissociáveis, o que significa que não se fala de um deles sem mencionar o outro. Mas, podemos compreender a matemática *a ensinar* tendo por referência os conteúdos matemáticos colocados na grade de formação inicial de professores e que também estão prescritos em documentos oficiais. São saberes matemáticos os quais o professor de matemática precisa saber e posteriormente. O conceito de matemática *a ensinar* tendo em vista que ele expressa o objeto do trabalho docente, o que o professor precisa ensinar. Além disso, analisamos as relações mantidas entre essa matemática e aquela a que o professor foi formado, tendo em vista um saber a constituir-se como ferramenta para a atividade docente: a matemática para ensinar. Trata-se de uma matemática que o professor precisa mobilizar para ensinar o objeto da docência. Tais matemáticas são elaboradas no âmbito das relações que se estabelecem, num dado tempo histórico, entre os diferentes campos (VALENTE, 2020, p. 4, grifos do autor).

A matemática *a ensinar e para ensinar* são matemáticas elaboradas no âmbito da cultura escolar, visto que elas se voltam ao ensino escolar. Assim, a compreensão teórica acerca dos saberes profissionais de professores que ensinam matemática nos levam a análises dos programas ou regulamentos de ensino do Liceu Cuiabano, segundo Goodson (1997) esses documentos são considerados dispositivos de prescrição e ordenação do conhecimento escolar. Além de apresentarem as finalidades sociais e culturais da escola e apontam para possíveis apropriações pelos professores, uma vez que tais documentos orientaram o ensino escolar da época. Desse modo, um exemplo prático para explicar como estamos entendendo a hipótese teórica *matemática do ensino*, a partir das nossas análises preliminares, poderíamos inferir, que a álgebra enquanto um saber para ensinar logaritmos faz parte de uma matemática do ensino no Curso Secundário em torno de 1912, ao enxergamos uma articulação, uma relação entre a *matemática a ensinar* e a *matemática para ensinar*.

Nessa perspectiva, o estudo histórico das articulações entre os saberes *a e para ensinar matemática* possibilita a análise das interações entre os diferentes campos e das relações que os indivíduos que participam deles compartilham, considerando o meio escolar e o tempo histórico, de modo evidenciar saberes próprios de professores que ensinam matemática, consideradas aqui, *matemática do ensino*.

### **O Liceu Cuiabano e seu contexto histórico**

A instituição Liceu Cuiabano foi a primeira instituição pública de ensino secundário do estado de Mato Grosso. Criada por meio da Lei de n.º 536 de 3 de dezembro de 1879, ainda no governo do Dr. João José Pedrosa, teve sua efetiva instalação em 1880 na capital mato-grossense. No período imperial, a instituição apresentou como princípio proporcionar uma educação capaz de acabar com a barbárie ainda existente na província, tendo por finalidade habilitar professores para o magistério primário e preparar o aspirante à matrícula nos cursos superiores.

Nessa época, o Liceu, de línguas e Ciências, contava com sete cadeiras: pedagogia e métodos, gramática portuguesa filosófica e literatura da língua nacional, matemática elementar compreendendo aritmética aplicada, álgebra até equação do 2º grau, e geometria

plana, geografia e história universal, latim, inglês e francês, filosofia racional e moral e retórica. Tais disciplinas formariam dois cursos diversos e distintos, o *Curso Normal* para habilitação de professores abrangendo os estudos das humanidades<sup>3</sup> composto das 4 Primeiras cadeiras e, o Curso de Preparatório para exames de habilitação às matrículas nos cursos superiores, compreendendo todas as disciplinas, exceto a primeira (MATO GROSSO, 1879).

No regulamento de 4 de março de 1880, a instrução no estado compreendida o ensino primário e secundário, sendo este último ministrado no Liceu. Dez anos após a inauguração dessa instituição, assumiu a Direção da Instrução Pública de Mato Grosso Antônio Herculano de Souza Bandeira. Ele, que foi diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro e especialista em assuntos educacionais, promoveu uma reforma na instrução pública no estado que vigoraria até 1901. A partir do documento, homologado em 28 de maio de 1889, ocorreram mudanças de caráter pedagógico e modificações na estrutura administrativas do Liceu Cuiabano, concebendo novos moldes, modernizando-o e adaptando-o às necessidades do ensino da época, tendo como referência o Colégio Pedro II. Também foi criada a Diretoria Geral de Ensino Primária, o Conselho Superior da Instrução Pública e a fundação do Externato do Sexo feminino (MARCÍLIO, 1963).

Nesse início do período republicano, Mato Grosso apresentava muitas dificuldades em administrar a instrução primária e secundária. Entretanto, o estado tinha a necessidade de construir uma sociedade que por meio da instrução escolar alcançasse o progresso e o desenvolvimento do estado.

Reis e Sá (2006) afirmam que os espaços escolares desempenhariam função primordial para a implantação e propagação dos ideários republicanos, serviriam de ambiente de formação do cidadão brasileiro que teria amor à pátria, aos símbolos nacionais, e em especial, iriam instruí-los minimamente, ao sufrágio. Atribuiu-se à escola a responsabilidade pelo desenvolvimento da maturidade intelectual e política que para as elites republicanas de Cuiabá, somente seria possível através da conquista de um saber técnico científico associado à difusão de uma filosofia liberal (OLIVEIRA, 2019, p. 6).

---

<sup>3</sup> A história da Escola Normal em Mato Grosso é marcada por momentos em que tem sua autonomia adquirida e outros, de anexações em outros cursos. Ela foi criada em 1840, sendo que 4 anos após foi fechada, foi reativada em 1874 por meio da Lei provincial n. 13, de nove de julho. Em 1880, com a instalação do Liceu Cuiabano a Escola Normal passa a ser integrada aos Cursos ofertados pela instituição. Com a reforma proposta por Bandeira em 1889, com a criação do Externato Feminino que por finalidade formar e capacitar professores primários, a Escola Normal ganha sua autonomia. Em 1892 a Escola Normal retorna ao prédio do Liceu, mas dois anos depois foi separado pelo presidente Joaquim Murtinho.

Após a reforma Souza Bandeira, a instrução pública mato-grossense passa por novas regulamentações. Com isso, o ensino secundário ofertado no Liceu Cuiabano sofreu alterações na sua estrutura curricular e pedagógica. As pesquisas desenvolvidas por Rocha (2010), Britez (2014) e Oliveira (2014) trazem informações sobre o cenário de oferta de cursos secundários que nos possibilitaram mapear as instituições secundárias no estado de Mato Grosso fundadas no período entre 1879 e 1941, conforme apresentamos no quadro a seguir.

**QUADRO 1.** Instituição de ensino secundário em Mato Grosso uno [1880 – 1938]

Instituição	Fundação	Cidade	Iniciativa
Liceu Cuiabano	1880	Cuiabá	Pública
Colégio Salesiano de Cuiabá	1917	Corumbá	Privada
Colégio Salesiano Santa Tereza	1899	Corumbá	Privada
Colégio Imaculada Conceição	1904	Corumbá	Privada
Instituto Pestalozzi	1917	Campo Grande	Privada
Sociedade Instrução Corumbaense	1918	Corumbá	Privada
Colégio Salesiano Dom Bosco	1924	Três Lagoas	Privada
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	1927	Campo Grade	Privada
Ginásio Municipal Maria Leite	1928	Corumbá	Pública
Escola do Comércio	1928	Corumbá	Privada
Colégio Osvaldo Cruz	1927	Campo Grande	Privada
Colégio Salesiano Dom Bosco	1930	Campo Grande	Privada
Ginásio Municipal Campo – Grandense	1927	Campo Grande	Privada
Liceu Campo – Grandense	1938	Campo Grande	Pública

**Fonte:** Elaboração baseada nos autores Rocha (2010), Britez (2014) e Oliveira (2014)

A partir do exposto, o estado de Mato Grosso Uno<sup>4</sup> tem as seguintes instituições públicas de ensino secundário entre 1889 e 1941: o Liceu Cuiabano, fundado em 1889 e o Liceu Campo Grandense em 1938. Oliveira (2014) menciona que a instalação do Liceu Campo Grandense se deu sob o decreto n.º 133/1938 que apresenta o mesmo texto que regula até então o Liceu Cuiabano. Assim, tendo em vista essas considerações e o interesse em analisar as instituições públicas de ensino secundário nesse período, optamos por analisar a matemática do ensino mobilizada no Liceu Cuiabano em um momento que diferentes reformas para melhoria do ensino secundário no estado são regulamentadas.

<sup>4</sup> O estado de Mato Grosso até 1943 era formado por Mato Grosso do Sul e uma parte do estado de Rondônia. Foi no ano de 1943 que parte de seu território passou a pertencer ao Território de Guaporé, hoje conhecido como Rondônia. Posteriormente, no ano de 1977, Mato Grosso foi novamente dividido e dessa vez, com a criação do estado de Mato Grosso do Sul. A expressão “Mato Grosso Uno” é tida como um recurso estilístico que se refere ao Estado de Mato Grosso antes da divisão territorial.

Também se mostra importante explicar que fazemos o uso do termo ensino ou curso secundário sem nos preocuparmos com o período temporal que envolve a sua utilização na legislação, visto que o curso pós-primário é referenciado como “Curso Ginásial” a partir da reforma Maximiliano, e como “ensino secundário” pela Reforma Francisco Campos em 1930.

Nessa direção, em Mato Grosso, seguindo os ideários republicanos, o ensino secundário foi reformulado a partir de 5 regulamentos publicados entre 1891 e 1941 específicos para esse nível de ensino. Para melhor compreensão, no quadro a seguir, apresentamos na coluna à esquerda os decretos estaduais e a direita as reformas que ocorreram no país.

**Quadro 2.** Regulamentos da instrução pública no período republicano (1891 – 1941)

DECRETOS E REGULAMENTOS ESTADUAIS	REFORMAS NACIONAIS
<i>Decreto nº 10, 07 de novembro de 1891</i> Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado De Mato Grosso.	
<i>Decreto Nº 68 20 DE JUNHO DE 1896</i> Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso.	<i>Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890 - Reforma Benjamin Constant</i>
<i>Decreto n. 139 de 02 de janeiro de 1903</i> Regulamento do Liceu Cuiabano	<i>Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901- Reforma Epitácio Pessoa</i>
<i>Decreto n. 296 de 13 de janeiro de 1912</i> Regulamento para o Liceu Cuiabano	<i>Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911- Reforma Rivadavia</i>
<i>Decreto n. 417 de 11 de janeiro de 1916</i> Regulamento do Liceu Cuiabano	<i>Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 - Reforma Carlos Maximiliano</i>
<i>Decreto n.º 735, de 11 de junho de 1926</i> Regulamento do Liceu Cuiabano	<i>Decreto No 16.782 A – de 13 de janeiro de 1925 - Reforma João Luiz Alves Rocha</i>
	<i>Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 - Reforma Francisco Campos</i>

**Fonte:** Elaboração pelos autores da pesquisa

Uma característica que atravessa todas as reformas educacionais é a finalidade de preparar os estudantes para adentrar em cursos superiores e para isso tem-se a uniformidade do ensino considerando o Colégio Pedro II como modelo a seguir. Neste texto, por questão de espaço e tempo, além de não ser o foco, não nos aprofundaremos nesse assunto. No próximo tópico, apresentaremos os primeiros movimentos de análise em torno de uma matemática a ensinar tendo como fonte os regulamentos para a instrução pública mato-grossense e os regulamentos do Liceu Cuiabano.

## **Primeiros indícios de uma matemática a ensinar**

As finalidades da instituição escolar, bem como, do ensino ofertado, implicam diretamente na composição de disciplinas escolares. Entendemos que captar as dinâmicas referente ao ensino, ou não, de determinados conteúdos matemáticos relacionados a uma disciplina, possibilita a análise das transformações no sistema de ensino. Entendemos que por meio da investigação das disciplinas escolares pode se ter a relação entre o que foi estabelecido como finalidade para os conteúdos de ensino e o que foi efetivamente ensinado.

Posto isso, vemos nos regulamentos do Liceu Cuiabano as finalidades do seu ensino, como também, a exposição dos conteúdos de cada disciplina, esses que deveriam ser ensinados pelos professores. Nesse documento estão fixados os conteúdos a serem ensinados pelo lente de cada cadeira e organização do tempo escolar. Desse modo, ao olharmos para eles, nos propomos identificar nesse momento indícios de uma *matemática a ensinar* por meio da análise histórica considerando traços e vestígios, interrogando de modo a constituir fatos históricos.

Considerando que “cada época produziu sobre sua escola, sobre suas redes educacionais, sobre os problemas pedagógicos” (CHERVEL, 1990 p.191), temos que a análise dos regulamentos pode indicar a trajetória da constituição da matemática *a ensinar*. Nessa perspectiva os saberes profissionais são considerados uma construção social e histórica e nesse sentido, considerando a cultura escolar mato-grossense no período em estudo, está nos direciona a um espaço de produção de uma matemática, dada por interações e tensões existentes em diferentes campos.

Assim, a busca por elementos desses saberes nos leva a sua caracterização entendida a partir da hipótese que existe uma matemática do ensino na escola secundária mato-grossense. Para Valente (2019), a *matemática a ensinar* é dada por processos históricos revelando-se esse saber devedor de cada época, das finalidades atribuídas à escola, dos seus métodos e conteúdo de ensino, da maneira de ensinar, bem como, das concepções sobre a matemática e do seu ensino. A *matemática a ensinar* como um saber advindo do campo matemático engloba os conteúdos que devem ser aprendidos por aqueles que estão em processo de formação (VALENTE, 2019, p. 53).

No quadro a seguir apresentamos a distribuição das disciplinas de matemática entre o período de 1896 a 1926.

**Quadro 3.** Disciplinas de matemáticas no curso secundário [1896 – 1926]

	1896	1903	1912	1916	1926
<b>1º ANO</b>	Aritmética	Aritmética	Aritmética	---	Aritmética
<b>2º ANO</b>	Aritmética	Aritmética Álgebra	Mathemática	Aritmética	Aritmética
<b>3º ANO</b>	Álgebra Geometria	Geometria Álgebra	Mathemática	Geometria Plana e Álgebra	Álgebra
<b>4º ANO</b>	Geometria	Álgebra Geometria Trigonometria	Mathemática	Geometria no Espaço e Trigonometria retilínea	Geometria e trigonometria
<b>5º ANO</b>			Mathemática		
<b>6º ANO</b>		Matemática			

**Fonte:** Elaboração com base nos regulamentos para a instrução secundária em MT

Conforme exposto no quadro, as disciplinas de matemática aparecem em todos os regulamentos ocupando uma carga horária expressiva que mostra sua relevância no currículo da época em que se formavam os bacharéis. Apesar disso, quando olhamos para a carga horária destinada a seu estudo em detrimento das matérias humanísticas, vemos no período em torno da reforma Benjamin Constant a valorização dessas disciplinas, denotando uma característica da instrução pública nesse momento histórico.

Ao analisar como se compõem as rubricas que constituem a matemática no ensino secundário verificamos que no decorrer do tempo que a carga horária semanal destinada a elas são alteradas. No caso da aritmética, por exemplo, temos regulamentada em 1896 uma hora para estudos semanais dessa cadeira, já no ano de 1926, são três horas semanais dedicadas ao seu estudo. Essa modificação não acontece somente para essa cadeira, mas também em geometria e álgebra. No regulamento de 1916 aparecem as rubricas “geometria plana e álgebra” e Geometria no espaço e trigonometria, observe que até então as rubricas eram “álgebra e geometria”, “geometria” e “álgebra, geometria e trigonometria”. Note que o nome de trigonometria só aparece após a reforma Eptácio Pessoa.

A partir de Chartier (2002) e Julia (2001) as cadeiras ou disciplinas, as matérias escolares são consideradas uma produção da cultura escolar dessa época, assim como, o

quantitativo de horas destinadas a elas. Nesse contexto, àquelas que se referem às matemáticas trata-se de um saber a ensinar matemática que podem ser associadas diretamente a uma matemática a ensinar.

Os programas de ensino ao apresentarem os conteúdos de cada cadeira apresentam uma programação de como estes devem ser encadeados e articulados ao ensino em cada período escolar. Ou seja, em que momento do curso determinados conteúdos devem ser lecionados, esse movimento de organização interna de cada disciplina numa serialização pode ser considerado uma graduação do ensino. Esse conceito foi defendido na tese de Ferreira (2022) a partir dos estudos de Borg, publicados no livro *La notion de progression* em 2001. É válido mencionar, que esse saber sobre a instituição, o que compreende os programas de ensino e as finalidades, e também, sobre as modalidades de organização e de gestão, conforme pontuado por Hofstetter e Schneuwly (2017) correspondem aos saberes *para ensinar*.

Borg realizou um estudo sobre a noção de progressão no ensino de línguas em diferentes cenários curriculares em função das finalidades visadas de ensino e de aprendizagem. Desse modo, verificou que essa progressão é constituída de vários níveis: curriculum — programação de curso — graduação/organização — seleção/inventário. Sendo que a primeira etapa se refere à seleção, apresenta como finalidade o estabelecimento de um conjunto de conteúdos que deveriam compor as matérias que a serem ensinadas (BORG, 2011).

De certa forma, nos programas de ensino para o secundário não são detalhados como devem ser ensinados os conteúdos de matemáticas que se referem a matemática a ensinar “explicitado principalmente por planos de estudos ou currículos, por manuais, dispositivos de formação, textos prescritivos de diferentes tipos” (HOFSTETTER; SCHNEUWLY, 2017, p. 132). O que verificamos é que os conteúdos descritos em cada programa são os mesmos, diferenciados por sua redação ou apresentação, sendo o mais resumido o programa publicado em 1986.

Dito isso, o programa de ensino, que acompanha os regulamentos, tem a matemática a ensinar na escola secundária distribuída assim: estudo da aritmética, progressões, logaritmos, geometria elementar — proporções e suas aplicações, seções cósmicas, traçado e principais propriedades das curvas correspondentes — álgebra elementar

— binômio de Newton e trigonometria retilínea. Em relação à alteração da carga horária semanal destinado ao estudo das rubricas relativas à matemática, inferimos que isso impulsionou a organização matemática na grade do curso secundário, sendo que em alguns regulamentos tem-se ao fim uma disciplina destinada à revisão e integração da matemática com outras cadeiras.

Não há menção ao método de ensino a ser empregado. Todavia, identificamos a explicitação do uso habitual do cálculo mental no ensino de operações com números inteiros e o método da redução em unidade no regulamento de 1903. Nesse e nos outros regulamentos foram indicados a geometria como base para os estudos de tópicos de trigonometria e a articulação da álgebra com binômio de Newton. Se verifica uma atenção na descrição dos conteúdos, por exemplo, ao citar a ementa de cada ano letivo existe uma proximidade entre os tópicos que podem sugerir uma conexão entre eles. Entretanto, a análise dos livros circulados no Liceu Cuiabano, podem nos dar mais detalhes dessa matemática *a e para ensinar*.

Conforme verificamos esse cuidado em como apresentar os conteúdos e as inserções de quais conteúdos devem ser ensinados primeiro, como aparece no programa de ensino de 1912 “*Se iniciará o ensino da geometria com o desenvolvimento relativo à igualdade, à semelhança...*”, isso nos direciona a inferir uma determinada ordem ou uma sequência, que nos levam a segunda etapa da elaboração da graduação do ensino, à *gradação*, que pode ser entendido como uma sequência em que os saberes estão organizados dentro de uma temática.

Quando ocorrem alterações curriculares, conseqüentemente se altera os conteúdos a serem ensinados e novas exigências são impostas aos professores, novas apropriações são feitas. Por exemplo, Valente menciona que quando apareceu a disciplina Matemática no currículo escolar à época da reforma proposta por Campos, esta se transformou em um saber para ensinar matemática. Essas alterações curriculares, que geralmente ocorriam quando uma reforma passava a vigorar, podem se relacionar a elementos de uma matemática a ensinar ou de um saber para ensiná-la, visto que “aos saberes para a formação dos professores do curso secundário, os saberes para ensinar emergem do próprio âmbito do saber a ensinar” (VALENTE, 2017, p. 213) como resultante de transformações no campo educacional.

Todas essas características apresentadas em conjunto com a maneira de ensinar colaboram para uma representação da matemática que era ensinada na escola, como podemos ver em uma matéria jornalística sobre o ensino secundário publicada em 1909 no Correio do Estado, foi estampado “[...] mostra a mathematica, sendo a base eterna do saber humano, constitui a verdadeira lógica, manifesta-se favorável aos exames de madureza convenientemente organizados” essa reportagem pode nos dar indicativos da representação da matemática como uma disciplina ou cadeira por parte de um grupo social, ou da própria comunidade, ou região.

Posto essas observações, para a continuidade de nossas análises indagamos: *que seleção e gradação segue a matemática mobilizada pelos autores de livros didáticos que circularam no Liceu Cuiabano? Qual a formação dos professores que atuaram no Liceu Cuiabano no período em estudo? Que saberes para ensinar professores de matemática do curso secundário mobilizava? Qual a influência da cultura escolar (do Liceu Cuiabano) para a produção matemática do ensino? Que matemática do ensino foi mobilizada no Liceu Cuiabano?*

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises preliminares têm nos direcionado a identificação dos saberes referentes a matemática *a e para ensinar* mobilizados no curso secundário no Liceu Cuiabano no período de 1891 a 1926 a partir dos regulamentos dessa instituição escolar. Assim, a partir dos documentos analisados no período, dentre as finalidades dessa escola, nota-se a ideia de um ensino que possibilitasse a aprovação do aspirante em exames para o ingresso no ensino superior.

Nesse cenário, nos regulamentos de ensino do Liceu, estão expostos o lugar de cada conteúdo em uma programação composta por uma seleção de conteúdos distribuídos ao decorrer do período escolar, o que está relacionada diretamente a uma graduação da matemática a ensinar. A partir disso, levando em consideração a cultura escolar e o contexto em que tais regulamentações foram elaboradas, inferimos que os conteúdos matemáticos presentes em documentos do Liceu Cuiabano nos programas de ensino são constitutivos de

uma matemática *a e para ensinar*. Todavia, não são o foco desses documentos, indicações, orientações de como apresentar e ensinar os conteúdos contidos nessa gradação de ensino.

Considerando que na época em estudo o ensino secundário era dirigido pelo Colégio Pedro II, tanto é que, em um dos regulamentos consta “O ensino do Liceu será regulado por programas organizados pelos professores e aprovados pela Congregação, sob os moldes e em tudo iguais aos do Colégio Pedro II e sujeitos às suas modificações” (MATO GROSSO, 1916) nos direciona a seguinte questão, tem-se a existência de instruções pedagógicas para professores que atuariam no Liceu Cuiabano? Se sim, implicaram ou não na organização e reorganização dos conteúdos das matemáticas?

Para resultados mais precisos e discussões mais aprofundadas, ponderamos a necessidade da análise de livros que circularam no período em estudo, os quais podem ser identificados em matérias de jornais da época, e também, outros materiais que possam fomentar nossas discussões. Todavia, consideramos que a análise desses documentos oficiais e do próprio contexto político e econômico em que tais foram aprovados foram decisivos para conseguirmos perceber que fontes ainda precisam ser analisadas para conseguirmos responder que matemática a ensinar foi mobilizada no Liceu Cuiabano, como também, ampliando-a, que matemática do ensino foi mobilizada.

## **AGRADECIMENTOS**

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.*

## **REFERÊNCIAS**

- ALMEIDA, A. F. de. **Processos e dinâmicas de produção de novas matemáticas para o ensino e para a formação de professores**: a expertise de Lydia Lamparelli, São Paulo (1961-1985). Tese (Doutorado em Ciências). Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, SP, 2021..
- BRITEZ, A. E. *A representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialista (1920-1960)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2014..

BORG, S. Identité curriculaire du français sur objectifs universitaires. Approches linguistiques, didactiques et éducatives. **Synergies Monde**, v. 8, n. 1, p. 43-57, 2011.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora. Trad. de Maria Manuela Galhardo, 2002

HOFSTETTER, R.; SCHNEUWLY, B. Saberes: um tema central para as profissões do ensino e da formação. In: HOFSTETTER, R.; VALENTE, W. R. (Org.). **Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores**. São Paulo: Editora Livraria da Física. V. p. 113 - 172.2017.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. 2001. Disponível em:  
<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749/20279>>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

MACIEL, V. B. **Elementos do saber profissional do professor que ensina matemática: uma aritmética para ensinar nos manuais pedagógicos (1880-1920)** (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Paulo, S.P, 2019.

MARCILIO, H. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Publicação da Secretária de Educação, Cultura e Saúde do Estado, 1963.

MATO GROSSO. Decreto n. **10, 07 de novembro de 1891**. Arquivo Público de Mato Grosso

MATO GROSSO. Decreto n. **139 de 2 de janeiro de 1903**. Arquivo Público de Mato Grosso.

MATO GROSSO. Decreto n. **296 de 13 de janeiro de 1912**. Arquivo Público de Mato Grosso

MATO GROSSO. Decreto n. **417 de 11 de janeiro de 1916**. Arquivo Público de Mato Grosso

MATO GROSSO. Decreto n. **735, de 11 de junho de 1926**. Arquivo Público de Mato Grosso.

MATO GROSSO. Decreto n. **68, de 20 de junho de 1896**. Arquivo Público de Mato Grosso.

MORAIS, R. S.; BERTINI, L. F.; VALENTE, W. R. **A Matemática no ensino de frações: do século XIX à BNCC**. São Paulo: Livraria da Física. 1ª ed., 2021.

OLIVEIRA, S. S. D. **Implantação e organização do curso ginásial no Sul de Mato Grosso: expressões de um projeto de modernização (1917-1942)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS. 2014.

OLIVEIRA, M. G. **A matemática para ingresso no magistério primário em Mato Grosso (1908-1910)**. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade de Cuiabá. Cuiabá. MT. 2019.

ROCHA, M. P. **O ensino secundário no sul do estado de Mato Grosso no contexto das reformas educacionais: o Ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949)**. 2010.. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS. 2010.

SÁ, N. P.; SIQUEIRA, E. M. (Org.). *Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso*. Campinas, SP: Autores Associados; SBHE, 2000.

SANTOS, V. C. M. **A matemática escolar nos anos 1920: uma análise de suas disciplinas através das provas dos alunos do Ginásio da Capital do Estado de São Paulo**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, S.P. 2003.

VALENTE, W. R. A matemática a ensinar e a matemática para ensinar: os saberes para a formação do educador matemático. In: HOFSTETTER, R.; VALENTE, W. R. (org.). **Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores**. São Paulo: Editora Livraria da Física. 2017.

VALENTE, W. R. A Matemática do Ensino e os Documentos Curriculares: Bases Teórico- Metodológicas. **Jornal Internacional de estudos em Educação Matemática**, 2021.

VALENTE, W. R. História e Cultura em Educação Matemática: a produção da matemática do ensino. **Rematec**. v. 15, n. 36, 2020.

VALENTE, W. R. Programas de ensino e manuais escolares como fontes para estudo da constituição da Matemática para ensinar. Alexandria: **Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**. v. 12, n. 2, 2019.

VALENTE, W. R. História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. **REVEMAT**, v.2.n. 2, p. 28-49, UFSC, 2007.

XAVIER, A. P. S.; SÁ, N. P. A escola normal de Mato Grosso no século XIX. **Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**, Campo Grande - MS. Disponível em <<http://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/245>> Acesso em: 05 de janeiro de 2023.